



AS IMPLICAÇÕES DA MUDANÇA DO REGIME MISTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O REGIME DE COMPETÊNCIA: UMA ANÁLISE DE ESTUDOS ANTERIORES

Autor(es): Marconi dos Santos Miranda, Sidnei Pereira da Silva

Objetivo: Esse trabalho teve como objetivo de analisar as implicações da alteração do regime contábil de escrituração da administração pública, conforme estudos já realizados. **Metodologia:** Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem exploratória. Foram analisados 10 (dez) estudos acerca da alteração do regime contábil misto para o regime de competência, no que diz respeito à escrituração dos atos e fatos que alteram o Patrimônio Público, apresentando o objetivo principal e os resultados destes estudos. **Resultados:** Evidenciou-se que o regime de competência impactará significativamente a estrutura patrimonial dos governos e que o tratamento correto das receitas e despesas aperfeiçoará os resultados das entidades governamentais. Constatou-se que, conforme um dos estudos analisados, a alteração do regime misto de escrituração para o de competência não trouxe um impacto expressivo no limite de despesas com pessoal, não obstante, impactou significativamente os indicadores fiscais de educação e saúde. Verificou-se também que os benefícios da transição para a Contabilidade Patrimonial Integral podem ser agrupados em três principais categorias: benefícios macroeconômicos, benefícios microeconômicos e benefícios institucionais. **Conclusão:** Os impactos positivos da aplicação do regime de competência proposto pelo IFAC são possíveis de serem identificados, tendo em vista que a contabilidade por competência proporcionará aos gestores uma demonstração adequada da forma de mensuração dos elementos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.